

# história



# ***OS IMPACTOS DA CONQUISTA DE MALACA EM RELAÇÃO À CHINA SEISCENTISTA — UMA ABORDAGEM SOBRE A PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA MODERNA DA CHINA\****

*Jin Guoping e de Wu Zhiliang\*\**

## **1. A CHINA SEISCENTISTA PERANTE O DESAFIO DUMA EUROPA PÓS-RENASCENTISTA**

A Renascença representou bem uma revolução para a civilização ocidental, e até mesmo para a civilização universal. Com o seu significado transcendental, constituiu um marco divisório entre uma Europa Medieval e uma Europa Moderna. Neste período verdadeiramente revolucionário, as ciências e as humanidades saíram da escuridão medieval e conhecerem os progressos essenciais onde se lançaram os alicerces da futura expansão europeia.

Para a Humanidade, as descobertas marítimas significaram uma revolução de espaços. As suas viagens transoceânicas iniciaram a globalização do nosso planeta dando lugar aos encontros entre o Ocidente e o Oriente, entre o Velho Continente e o Novo Mundo. A Humanidade, com a comprovação dos conceitos geográficos da antiguidade e os novos conhecimentos geográficos, redescobriu o Mundo à sua volta de modo a melhor conhecer-se a si mesma.

Nas áreas das ciências e das tecnologias, também a Renascença se coroou de sucessos sem precedentes. Os navegantes ibéricos, já possuidores de avançadas ciências náuticas, assimilaram rapidamente os progres-

---

\* Este artigo em língua portuguesa é uma adaptação feita pelos autores do trabalho inicial produzido em língua chinesa e também publicado neste número da Revista «Administração».

\*\* Investigadores da História de Macau.

soz trazidos pela Renascença europeia e enriqueceram-nos com os conhecimentos náuticos do Mundo Árabe e Chinês, levando a cabo toda uma série de façanhas de navegação transoceânica. Esses mesmos povos ibéricos tornaram-se nos *pathfinders* dos Novos Mundos e portadores dos ideais da Renascença europeia.

As descobertas do Novo Mundo e a rota marítima da Índia são, assim e ao mesmo tempo, consequências directas e parte integrante da Renascença europeia. Para a História Universal, os descobrimentos ibéricos marcaram uma nova era, uma era que agora é denominada de Globalização. Neste processo histórico, a Europa Renascentista, já possuidora duma evidente superioridade em relação ao Mundo Árabe, iniciou a sua marcha em direcção ao Mundo Chinês. Os Lusitanos foram os pioneiros nesse encontro de culturas.

## **2. A CHINA MILENÁRIA, PASSIVAMENTE À ESPERA DO DESAFIO DUMA CULTURA EUROPEIA E CRISTÃ PÓS-RENASCENTISTA E REVIGORADA**

Sem exagero, poder-se-á afirmar que o século XV foi, ao longo da história da Humanidade, um século marítimo. Nessa centena de anos, dos dois extremos do continente indo-europeu, surgiram 3 viagens marítimas sem precedentes. As expedições marítimas do Almirante Zheng He<sup>1</sup>, leva-das a cabo desde 1405 até ao 1433, a descoberta do Novo Mundo em 1492 e o descobrimento da Rota Marítima da Índia em 1498. Foram, sobretudo, as façanhas ibéricas que mudaram inevitavelmente o destino do Mundo, encetando a Era Moderna da História Universal.

Talvez seja pertinente perguntar aqui: por que é que as viagens do almirante Zheng He, que se realizaram quase meio século mais cedo do que as dos navegadores ibéricos, não foram capazes de levar o Chinês a ser o Descobridor do Mundo? Possivelmente por existir toda uma série de factores históricos que favoreceram os ibéricos de maneira a torná-los os construtores do Mundo Moderno.

Portugal, situado no extremo Sudoeste da Europa e à beira do *Mar Oceano*, foi uma das primeiras nações europeias a ter as suas fronteiras políticas definidas, o que constituiu uma garantia institucional para as suas descobertas marítimas. Se a conquista da Ceuta, verificada em 1415, é aceite como o início do Império Marítimo Português, a conquista de Malaca em 1511 teria lançado a pedra basilar do Império Português do Oriente.

Desde a chegada da frota de Vasco da Gama a Calicute, os Portugueses começaram a recolher informações sobre o Extremo-Oriente, nomeadamente aquelas relativas à «*terra dos Chins*». Com o estabelecimento português em Goa, iniciou-se a descoberta da China. O objectivo próximo

---

<sup>1</sup> Cf. Wu Zhiliang, *Segredos da Sobrevivência — História Política de Macau*, Macau, Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999, pp. 21-27 e Fernando Correia de Oliveira, *500 Anos de Contactos Luso-Chineses*, Lisboa, Público e Fundação Oriente, 1998, pp. 9-14.

era Malaca, uma passagem vital do Índico para o Pacífico e base para a marcha em direcção da China. Durante o cerco de Malaca, Afonso de Albuquerque travou relações amistosas com alguns chineses que por lá se encontravam, e com a conquista da cidade ficou finalmente aberto o caminho para a Insulíndia e para a China.

Logo a partir de 1512, começaram as viagens oficiais à China. Em 1513, Jorge Alvares chegou a Tamão. Rafael Perestello visitou Cantão em 1515. O Embaixador Tomé Pires arribou a Cantão em 1517. Simão Peres de Andrade fixou-se temporariamente em Tamão em 1519. Em 1522 eclodiu um conflito armado entre as forças navais chinesas e a armada de Afonso de Melo Coutinho. Os Portugueses estabeleceram-se em Liampo durante 1540-1548. Em 1549, a colónia portuguesa em Chincheo foi exterminada. Entre 1550 e 1553, os Portugueses passaram de São João para Lampacau e finalmente conseguiram fixar-se em Macau.

Numa síntese, a queda de Malaca permitiu aos Portugueses abrir a porta da China e penetrar numa zona de influência tradicionalmente chinesa. O Império Português do Oriente, idealizado por Afonso de Albuquerque começou a ganhar forma.

Como escreveu um historiador chinês, «a história comprova que a queda de Malaca foi uma desgraça para o Estado de Malaca; mas mais do que isso, significou o início duma tragédia chinesa»<sup>2</sup>. De facto, com a conquista de Malaca, criaram-se condições para as expansões portuguesas a Extremo Oriente. Perante esta situação, «os Chineses da Dinastia Ming não tentaram fortalecer-se a si mesmos nem construíram navios transoceânicos para medir forças com os *Folangji* e com os holandeses nos mares. Apenas tentaram mediante uma ordem escrita que os *Folangji* devol-vessem Malaca e mandaram ao Sião que enviasse reforços militares a Malaca. Que absurdo!»<sup>3</sup>.

Sendo Malaca tributária da China Ming, a sua conquista pelos Portugueses abalou de algum modo o regime político chinês. «Com a conquista de Malaca, os Portugueses romperam o equilíbrio desejado pela China para a região e ameaçavam o seu indiscutível papel secular de Estado-Director/Su-zerano de um conjunto de países vassalos»<sup>4</sup>. Realmente, a penetração portuguesa na zona da influência chinesa desestabilizou completamente o quadro geo-político da Ásia Marítima. A hegemonia chinesa, cimentada no comércio tributário sofreu um abalo mortífero e sem precedentes. O Celeste Império estava agora perante um desafio vindo de fora do círculo

---

<sup>2</sup> Cf. Zhang Yishan, *As Relações entre a China e a Malaca durante a Dinastia Ming*, Taipei, Tipografia Jinghua, Ltd., 1964, p. 3.

<sup>3</sup> Liang Jiabing, *Adendas a Crónica de Folangji do Esboço da História Oficial dos Ming*, in *Relações Internacionais da Dinastia Ming*, direcção de Wang Xiyi e outros, Taipei, Livraria Estudante, 1968, p. 14.

<sup>4</sup> Jorge Morbey, *As Relações entre Portugal e a China — Uma abordagem bilateral aos primeiros tempos*, in Wu Zhiliang (Coord.), *Actas do Seminário Internacional sobre Intercâmbio Cultural Oriente-Occidente*, Macau, Fundação Macau, 1994, p. 141.

dos tributários. E o problema é que a China não percebeu oportunamente a gravidade desta situação e manteve o seu sinocentrismo tradicional. De facto, a China Ming não teve o necessário tacto político para ficar de alerta perante a situação. Verdade é que a China dessa época já não era a das expedições marítimas do Almirante Zheng He, encontrando-se incapaz de fazer frente a esta situação, seja do ponto de vista da capacidade financeira, seja do do apoio logístico militar em defesa da sua «*Trastienda*».

Usando das palavras de Wu Han, «a partir dos Reinados Cheng (1465--1487) Xuan (1426-1435) a China não poupou esforços para explorar a Ásia Marítima. Quase conseguiu torná-la parte do território chinês. Seja do ponto de vista político, seja do económico ou cultural, a Ásia Marítima era dependente da China. A colonização e civilização da Ásia Marítima devem-se totalmente aos esforços chineses. Caso o Governo chinês tivesse continuado com esses esforços antes da vinda dos europeus, a Ásia Marítima teria sido domínio chinês a ponto de formar parte dum imenso Império. Talvez isso tenha trazido grandes mudanças ao Mundo, mas o nosso Governo, sem a mínima intenção de continuar as façanhas dos nossos antepassados, eximiu-se a essa responsabilidade. Não fez mais do que se recolher num casulo, deixando tudo ao acaso»<sup>5</sup>.

Assim, a presença ocidental e a conseqüente divulgação das ciências ocidentais pós-renascentistas causaram impactos transcendentais no curso histórico da China imperial. «Desde a época dos Ming, com a descoberta das rotas marítimas, as civilizações europeias e americanas vieram num ápice ao Oriente, o que deu lugar a muitos problemas internacionais. Ago-ra, não existe assunto que não esteja no âmbito das relações internacionais»<sup>6</sup>.

«Antes das Guerras do Ópio, o impacto da queda de Malaca não se revelou na sua plenitude nas áreas da política, cultura e economia da China imperial, ..., já que, dada a superioridade da cultura chinesa, as outras cul-turas tinham muita dificuldade em penetrar na chinesa. Além disso, a Chi-na, sendo possuidora dum poderio estimável, não era militarmente conquistável pelas nações europeias dessa altura. Por isso, os comercian-tes só podiam dedicar-se a um comércio de menor âmbito nas condições impostas pelo Governo chinês e os religiosos só podiam tentar ganhar a confiança dos chineses mediante conhecimentos científicos e tecnológicos ocidentais e na condição de respeitar os usos e costumes e cultura da China milenária. O objectivo missionário conseguiu-se com a prévia divulgação das ciências, de modo que os missionários que vieram à China nos finais da Dinastia Ming e inícios Qing contribuiriam muito para os intercâmbios culturais entre o Oriente o Ocidente»<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Wu Han, *A Política Externa nos Inícios da Dinastia Ming e as Expedições Marítimas ao Mar do Oeste de Zheng He*, in *Colecção de Estudos sobre Zheng He*, Pequim, Edições Populares de Transportes, 1985, p. 89.

<sup>6</sup> Zheng Hesheng, *Tabelas de Correspondência Cronológica da História Moderna Sino-Occidental*, Pequim, Livraria China, 1981, p. 4.

<sup>7</sup> Li Dingyi, *História Moderna da China*, Taipei, Livraria China, 1962, p. 2.

### 3. PROPOSTAS PARA UMA PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA MODERNA DA CHINA

Em qualquer estudo histórico científico, a adequada periodização é básica e indispensável. Uma divisão científica deve corresponder aos cursos históricos naturais. Razão porque a periodificação da Era Moderna da História da China — isto é, a sua data-início e a sua data-término — se revestem duma grande importância para a própria História da China. Tornam-se muito necessárias novas abordagens em torno deste tema, seja para confirmar algumas teses ou para actualizar algumas conclusões.

Se a China, sendo uma das mais antigas civilizações do Mundo, contribuiu muito com os seus inventos da antiguidade para a Civilização da Humanidade, a China moderna não tem a posição que teve. Qualquer chinês está bem consciente disso. A China de hoje, de certo modo já livre da ortodoxia comunista, está a caminho da sua modernização. A China hoje é a continuação da China ontem. E se a China histórica que fica mais perto de nós é a China da Era Moderna, só conhecendo devidamente o nosso passado imediato e avaliando a nossa realidade duma maneira objectiva, poderemos perspectivar um futuro próximo.

Segundo teorias tradicionais, oficial e geralmente aceites em relação à periodização da História Moderna da China, as Guerras do Ópio teriam constituído o início da História Moderna da China, isto é, a data inicial. Os teóricos desta escola situam a sua data final em 1949. Conclusão: a História Moderna da China é o segmento que corresponde ao período entre 1849 e 1949. Um período bastante curto, de apenas cem anos.

Se fizermos uma rápida retrospectiva da presença europeia no Extremo Oriente, não seria difícil descobrir que com a vinda dos Portugueses, a China Ming iria viver mudanças drásticas, mas imperceptíveis para uma monarquia sinocentrista, mudanças estas que marcaram fatalmente o declínio da China. A China Ming, aparentemente poderosa, ir-se-ia desmoronar.

Não que a China tenha perdido qualquer batalha com Portugal. Foi um conflito civilizacional entre uma Europa pós-renascentista e uma China adormecida no sistema do comércio tributário. À vista desta análise, não será, talvez, uma opinião ousada afirmar que o período que correu entre a Conquista de Malaca em 1511 e a Primeira Guerra do Ópio em 1840 pode ser considerado a fase inicial da História Moderna da China. As Guerras do Ópio foram soluções bélicas para conflitos comerciais, mas por trás disto tudo, tratou-se de conflitos civilizacionais entre o Mundo Cristão e o Mundo Chinês, entre um minúsculo Portugal, pujante construtor do Mundo Moderno e uma imensa China, decadentemente autodenominada Senhora do Mundo, embora desprovida de ideias concretas do que fosse o Mundo exterior ao Mundo Chinês. Evidentemente, os conflitos entre o Ocidente e o Oriente já se tinham verificado antes das Guerras do Ópio, tendo Macau como ponto fulcral das interinfluências, embora duma forma latente. As Guerras do Ópio foram faíscas destes conflitos<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup>Cf. Wu Zhiliang, ob. cit., pp. 415-428.

Até aos inícios da Dinastia Ming, a China ainda mantinha certa supremacia nas ciências náuticas e viagens marítimas em relação aos restantes países do Mundo. As expedições marítimas do Almirante Zheng He trouxeram a maior glória, prestígio e influência geo-política para os Imperadores Ming. Com o declínio que se ia verificando a partir dos reinados de Zhengtong (1436-1449), mais as chamadas ordenanças proibitivas da construção naval de iniciativa privada, a China foi perdendo o controlo da Ásia Marítima e do Índico.

Foi precisamente neste período do declínio do poder marítimo chinês que surgiram os Portugueses que se tornaram senhores do Índico e iniciaram a sua marcha contra a Ásia Marítima. Foram apenas 80 anos, desde a suspensão das expedições marítimas chinesas, que se verificou nos anos 30 do séc. XV e o início do séc. XVI; o bastante para que se mudasse o destino da China. A decadência chinesa deveu-se à recessão da sua economia e cultura e à perda do controlo marítimo das tradicionais zonas da sua esfera de influência. Portugal emergiu com toda a força da Renascença e com as melhores armas de fogo e embarcações de viagens transoceânicas, que lhe permitiram levar muita vantagem em relação a uma China narcisisticamente auto-suficiente. Uma das provas indicadoras é o estabelecimento dos portugueses em Macau. E se a China já antes das Guerras do Ópio conheceu a artilharia europeia-portuguesa, dela, beneficiando, nas Guerras do Ópio foi militarmente derrotada e psicologicamente arrasada, pelas canhoneiras franco-britânicas. Desvaneceu-se fatalmente o mito duma China poderosa.

Atrás dos povos ibéricos, apareceram outros povos europeus, os holandeses, os franceses, os ingleses, etc. As contendidas europeias no Extremo Oriente envolveram a China em conflitos internacionais. A China, mesmo querendo, já não podia viver auto-isolada do resto Mundo. Desde os começos de XIX, a China passou a viver nas sombras das Guerras do Ópio que pairavam sobre ela, constantes e tenebrosas. A China continuou adormecida ou fingido-se adormecida. «Com as derrotas sofridas nas Guerras do Ópio durante o Reinado de Daoguang (1821-1850), a China foi obrigada a ceder Hong Kong e abrir os Cinco Portos ao comércio externo. No Reinado de Xianfeng, foi a ocupação de Pequim pelas forças aliadas franco-britânicas, a destruição do Yuanmingyuan, a fuga e a conseqüente morte do Imperador reinante. Com estes sofrimentos dolorosos, os Chineses que se vangloriavam duma forma dormente do seu poderio, não puderam deixar de reagir a tudo isto»<sup>9</sup>. Destas reacções resultou a chamada ocidentalização, com que os Chineses tentaram equiparar-se aos europeus. «A partir daí, os Chineses perceberam que atrás dos canhões e navios ocidentais existia todo um conjunto de conhecimentos científicos»<sup>10</sup>.

E sem dúvida nenhuma, o conhecimento das ciências e tecnologias ocidentais, pós-renascentistas, introduzidos pelos inicianos na China a partir

---

<sup>9</sup> Cf. Liang Jiabing, ob. cit., p. 26.

<sup>10</sup> Cf. Liang Jiabing, ob. cit., p.



de 1583, influenciaram o curso histórico da China, sobretudo na sua Era Moderna. Custa assim perceber que, já que se reconhece que foram os jesuítas quem introduziram as ciências e tecnologias modernas na China, como é que a História Moderna da China só viria a ter o seu início quase três séculos mais tarde?

Dir-se-á que quando se aborda uma possível periodização da História Moderna da China, não se deve menosprezar a série de factores eminentemente chineses que contribuiriam para a entrada da sociedade chinesa na sua Era Moderna. De facto, ao falarmos da História Moderna da China, temos, assim, que nos referir inevitavelmente aos processos histórico, político e económico que fazem parte inerente da História da China Imperial. Contudo, foram os factores externos que terão acelerado os referidos processos, e esses factores devem ser levados em consideração para uma análise global e objectiva. A principal força matriz que teria levado a China para a sua Era Moderna seriam precisamente os conflitos culturais entre o Ocidente e o Oriente. Ao contrário da opinião predominante de alguns historiadores consagrados, que acham que as Guerras do Ópio são o início da Era Moderna da História da China, nós aventamos uma nova abordagem desta questão, já que o início da Era Moderna da História da China teria muito a ver com as actividades marítimas quinhentistas. Se antes da presença portuguesa no Extremo Oriente, a China já estava a viver certas mudanças nos campos ideológico e científico, com certos cunhos de semelhança à Renascença, a verdade é que a tradicional sociedade chinesa recebeu um choque vindo de fora, pela acção dos Portugueses, portadores de ideias e ciências pós-renascentistas. A presença lusa teria sido assim um agente de acção lenta, enquanto que as Guerras do Ópio teriam agido de outro modo, como um cataclismo sobre a decadente sociedade chinesa do séc. XIX. Os impactos foram tais que os chineses não foram capazes de os reconhecer.

Baseando-nos no acima exposto, entendemos que o intercâmbio entre os dois extremos do Mundo, a presença europeia na Ásia Pacífica e a divulgação das ciências e tecnologias modernas numa Europa pós-renascentista devem ser considerados como algumas das características mais marcantes da Era Moderna da História da China.

Em 1583, os jesuítas italianos Miguel Ruggieri e Mateo Ricci, ao serviço do Padroado Português do Oriente, graças à ganância dum vice-rei chinês, conseguiram abrir a porta dum Império hermeticamente fechado ao mundo de fora. Para a conquista espiritual dum China pagã, os primeiros missionários serviram-se das avançadas ciências europeias para poderem divulgar o Evangelho, o que se concretizou nas traduções de obras europeias de todas as disciplinas e elaboração de livros em chinês, seja de carácter científico, seja religioso. Antes da vinda dos missionários à China feudal, já germinavam certos fenómenos incipientes do chamado capitalismo, mas a sociedade chinesa continuava presa às suas tradições. Talvez se possa dizer que a formação da Era Moderna da História da China resultou da tensão verificada entre mudanças em curso na sociedade chinesa quinhentista e a divulgação das ideias científicas europeias pós-renas-

centistas. E foram os pioneiros Portugueses que vieram ao Oriente, junto com os missionários, os portadores da Renascença.

Em suma se os Portugueses, para a Europa, foram os *pathfinders*, em relação ao Extremo Oriente, foram os portadores de renovadas ideias e tendências culturais para a China e a Ásia em geral. Talvez tenha sido este último o maior contributo português para o Mundo Moderno. Neste encontro de culturas, Malaca foi o ponto de todas as irradiações do lusismo para a Ásia Pacífica.

«Após o Reinado de Zhengtong (1436-1449), foi adoptada uma política de liberdade para os países da Ásia Marítima. Como resultado, um comércio na mão do Estado reduziu-se a um tradicional comércio privado. Em termos políticos, a Ásia Marítima foi saindo do controlo chinês. Volvidos 80 anos, os Europeus, na procura das Ilhas de Especiarias, sulcaram as águas do Oriente. Além de possuírem forças armadas, dedicavam-se a um comércio bem organizado, escudado em apoios estatais. Pouco a pouco, em menos duma dezena de anos, conseguiram mudar a Ásia Marítima. Conseguiram substituir o papel desempenhado pelos Chineses. As terras da Ásia Marítima, uma aqui, outra acolá, paulatinamente converteram-se em colónias europeias. Os chineses emigrados nesses países passaram à sombra de outros, de modo que sofreram maus tratos, até assassínios, pe-los quais nem o Governo Chinês podia questionar. Isto constituiu uma imensa viragem na História da China e uma chave para um melhor entendimento da História Moderna do Mundo»<sup>11</sup>.

Caso 1511 não venha a ser aceite como o início da História Moderna da China, deverá, pelo menos, ser considerado como o início da fase inicial da História Moderna da China. «A vinda dos Portugueses ao Oriente foi uma enorme viragem sem precedentes ao longo de milhares de anos na História da China». Baseando-nos nesta afirmação, julgamos que os historiadores que se debruçarem sobre a História Moderna de uma China estritamente pós-Guerras do Ópio, não deverão nem poderão menosprezar, de nenhuma maneira, o período que vai entre 1511 e 1840, período este que pode ser considerado como «*the Initial Period of Modern China*»<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Cf. Wu Han, ob. cit., pp. 89-90.

<sup>12</sup> Cf. Zhang Cunwu, *Pontos Essenciais da Fase Inicial da História Moderna da China*, in *Proceedings of the Conference on the History of Early Modern China*, Institute of Modern History, Academia Sinica, Taipei, 1988, Part I, p. 489.